

Inclusão em Museus e Diversidade: entre Conceitos e Práticas

Silvilene de Barros Ribeiro Moraes¹
 Maria Amélia Gomes de Souza Reis²
 DOI 10.26512/museologia.v10i19.40562

A constituição de museus inclusivos tem representado um desafio para as instituições museológicas em função da ampliação da diversidade de seus públicos e a necessidade de responder eficazmente à multiplicidade de expectativas, características e interesses. Tornar concreto o ideal da inclusão muitas vezes tem sido compreendido como uma função específica de um setor do museu, normalmente o educativo ou um setor de acessibilidade, cujos procedimentos se restringem ao oferecimento de atividades inclusivas e recursos de acessibilidade.

A ideia de acessibilidade entendida como um apêndice das ações dos museus, restrita ao cumprimento de procedimentos técnicos relacionados à comunicação ou à educação, não possibilita a construção de instituições inclusivas, pois ignora-se a sua interligação com os valores e princípios da inclusão e o seu caráter transversal, que deve impactar a estrutura institucional e, portanto, intrínseca à gestão, demandando a produção de análises críticas dos processos de seleção de acervos, registro, pesquisa, preservação, comunicação, educação, gestão de recursos humanos e materiais.

A organização do Dossiê “Inclusão em Museus e Diversidade: entre Conceitos e Práticas” tem como objetivo levar os leitores a refletir sobre os processos inclusivos em curso nas instituições brasileiras e trazer um questionamento sobre os patrimônios normalmente invisibilizados nos museus. Busca-se também estimular a reflexão sobre as concepções que devem fundamentar as ações e programas de caráter inclusivo nos museus e instituições culturais com foco na educação e comunicação para a valorização da diversidade.

A perspectiva que direciona este dossiê, fundamenta-se no conceito de inclusão definido por Booth & Ainscow (2012) em que “a inclusão é um processo incessante que envolve o descobrimento e a remoção progressiva dos limites

1 Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-PMUS UNIRIO-MAST). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Bacharel em Museologia, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora com artigos publicados, em âmbito nacional e internacional, sobre a temática da Inclusão, Interculturalidade, Acessibilidade, Diversidade e Educação em Museus.

2 Doutora em Educação (2002) pela Universidade Federal Fluminense e Pós-Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Mestre em Educação UFF. Graduada e Licenciada em História Natural (1969) pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG- Rio de Janeiro, atual UERJ). Professora de Ciências Naturais em todos os níveis de ensino - 1962/atual. Pesquisadora do Centro Interdisciplinar do Século XX - CEIS 20 da Universidade de Coimbra (2009-atual). Subsecretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro 1992-93; Presidente da Fundação Jorge Duprat de Saúde e Segurança do Trabalho - CNPQ/ Ministério do Trabalho - 2013/16; Professora da pós-graduação em Educação (UniRio - 2002-2006); Professora da Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - (2006-atual). Pesquisadora com vários livros e artigos publicados nacional e internacionalmente no campo da Educação e Museologia em suas várias intersecções - saúde; patrimônio cultural, âmbito escolar; crianças e adolescentes em risco social; direitos humanos; interculturalidade, entre outros.

Inclusão em Museus e Diversidade:

entre conceitos e práticas

à participação e à aprendizagem” (p.40). Igualmente, Santos (2009) conceitua inclusão como um processo, compreendido pelo seu caráter mais incompleto, incessante e dinâmico, já que se relaciona com o empreendimento “de todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão, em qualquer arena da sociedade em que viva, ao qual ele tem direito e sobre o qual ele tem deveres” (p.12); ou seja, envolve desenvolvimento de uma consciência institucional inclusiva, que se constitui a partir da aquisição de conhecimento, comprometimento com conceitos, valores e princípios relacionados à inclusão; avaliação contínua, de maneira que se produza um movimento constante de identificação e eliminação de barreiras que representam impedimentos à plena participação dos sujeitos, com autonomia e em condição de igualdade num mesmo espaço social.

Outro aspecto importante, e que se destaca nesse dossiê, é que o princípio de participação está interligado à ideia de cidadania, e, portanto, não se restringe ao segmento das pessoas com deficiência, mas a todos que encontram obstáculos para ter acesso à informação, à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento dos seus potenciais.

Embora a abordagem sobre acessibilidade relacionada às necessidades da pessoa com deficiência seja importante neste dossiê, a ideia de diversidade assume a centralidade, à medida em que nos propomos a refletir sobre a inclusão, pois outros marcadores precisam ser contemplados quando pensamos na identidade dos sujeitos que acessam os museus, em função da interseccionalidade das questões de gênero, etnicidade, racialidade, religião, diversidade funcional e socioeconômicas.

A concepção de acessibilidade não se apresentou, no decorrer da história, de maneira estática, muito pelo contrário, o conceito desenvolveu-se simultaneamente à mobilização das pessoas com deficiência na luta pela garantia do direito de viver plenamente em condições de igualdade com os demais cidadãos. O movimento teve sua origem no período posterior às Grandes Guerras ocorridas no século XX, quando os soldados que retornavam com seus corpos mutilados ou com sequelas, necessitando de reabilitação e educação especial para retomarem suas vidas, passaram a reivindicar maior reconhecimento e participação na sociedade. Inicialmente, nos Estados Unidos, na década de 1940, utilizou-se a expressão “implantação da acessibilidade” e, posteriormente, “eliminação de barreiras”, expressões que evidenciam as mudanças que deveriam ser produzidas no meio físico e nos seus elementos, por meio de adaptações nas edificações construídas, com foco na remoção ou redução de barreiras, visando a integração das pessoas com deficiência física e sensorial na sociedade, como também dar visibilidade a exclusão a que estavam submetidas (SANTOS FILHO, 2010).

Reconhece-se como um marco do movimento, quando, em 1962, na Califórnia, um grupo de 7 pessoas com deficiência se propôs a sair às ruas para manifestar, estabelecendo o ponto de partida para as primeiras discussões sobre o tema da acessibilidade. Como resultado desse movimento, no final dos anos 60, a questão da exclusão social das pessoas com deficiência passa a ser incorporada ao arcabouço da luta pelos direitos civis (SASSAKI, 2019). A evolução conceitual e metodológica do termo acessibilidade consolidou-se por meio de diversos documentos elaborados com a participação de especialistas, pessoas com deficiência e instituições voltadas para a defesa dos direitos desse segmento em diversos países, sob a tutela de organizações transnacionais tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde

(OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que ao produzirem declarações e resoluções, influenciaram os governos a ajustarem suas legislações, de forma a garantir direitos. Esse entendimento, que inicialmente se restringia à acessibilidade aos ambientes físicos e ao mundo do trabalho, teve seu escopo ampliado a partir da sua interligação à área de educação e, conseqüentemente, de inclusão.

O documento Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, homologado em 1993, pela ONU, evidencia uma mudança significativa no entendimento sobre o conceito de acessibilidade. O texto é composto pela definição de conceitos fundamentais para a elaboração de políticas públicas, propiciando subsídios para a tomada de decisões dos governos. Além disso, apresenta uma perspectiva interseccional para o conceito de equiparação de oportunidades, reconhecendo a acessibilidade como meio para alcançá-la. Nesse sentido, afirma-se que atenção especial precisa ser destinada a grupos sociais vulneráveis, tais como mulheres, crianças, idosos, pobres, trabalhadores migrantes, pessoas com deficiência dupla ou múltipla, indígenas e minorias étnicas e refugiados com deficiência.

Em 2006, a ONU passa a adotar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (CDPD), que, como jurisprudência normativa, se torna relevante para todos os defensores dos direitos humanos, não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo seu processo de elaboração, que constitui-se de cinco anos de intensa participação de centenas de ativistas da sociedade civil de todas as partes do mundo — a Liga Internacional sobre Deficiência (IDC), representando mais de 30 organizações internacionais, regionais e nacionais de pessoas com deficiência, sob a coordenação de um Comitê *ad hoc* (SASSAKI, 2019).

Esse documento destaca a transição da abordagem assistencialista da legislação para o reconhecimento e garantia de direitos, além disso, reconhece a deficiência como parte da experiência humana (DHANDA, 2008) e reafirma o direito das pessoas com deficiência de serem consultadas sobre todas as políticas e leis que tenham impacto sobre suas vidas.

A contribuição de especialistas brasileiros nesse processo tem seu reconhecimento nesta publicação, a partir da entrevista realizada com o professor Romeu Sasaki, cuja trajetória de extrema relevância contribuiu para a difusão do conhecimento sobre inclusão e acessibilidade em diversas instâncias da sociedade, inclusive no campo da cultura, já que sua obra tem presença obrigatória nos estudos acadêmicos que abordam a temática da inclusão em museus.

Nesta publicação, a acessibilidade é apresentada como uma ferramenta para a inclusão, portanto não podendo ser compreendida em separado de um processo mais amplo de construção de instituições inclusivas, envolvendo trabalho colaborativo e ampliação de conhecimento dos profissionais, técnicos e parceiros, e todos os elementos que constituem a comunidade museológica. Dessa forma, convidamos os leitores a uma reflexão sobre as concepções vigentes e a necessidade de avançar para percepções descoladas de estereótipos e padrões de atendimento.

No segundo bloco de textos, o ideal de museu inclusivo, que propõe a construção de um museu para todos e todas, é confrontado com a identificação dos processos de exclusão ainda vigentes nas instituições. As expressões Patrimônio, Direitos Culturais e Colonialidade compõem o mosaico de conceitos que dão sustentação à análise crítica apresentada nos artigos, com foco na atua-

Inclusão em Museus e Diversidade:
entre conceitos e práticas

ção de espaços culturais que não possibilitam a efetividade da cidadania cultural relativa à população LGBT, promovendo a invisibilidade de atores singulares do segmento nos espaços de memória. Como afirma Sampaio & Mendonça, “a cultura diz respeito ao universo simbólico dos indivíduos, é necessário entendê-la também como um espaço de disputa e em disputa” (2018, p.17). Nessa análise busca-se também compreender as disputas de narrativa sobre o “queer” e o “normal” ou o “ajustado”, identificando as formas de violência museal exercidas sobre os corpos dissidentes e as apropriações contemporâneas dos museus em sua insubmissão ao poder disciplinar.

Propõe-se o reconhecimento de novos paradigmas pelos museus como parte integrante da constituição de instituições inclusivas, como a Pedagogia das Encruzilhadas e da Museologia das Encruzilhadas e a criação de um diálogo multidisciplinar que possibilite o desvelamento e o reconhecimento da diversidade epistêmica existente no mundo, que com suas inter-relações representam fator de enriquecimento e promoção do protagonismo da presença negra nas instituições.

Por fim, propomos uma análise sobre o papel social dos museus, envolvendo primordialmente a relação educação *versus* museus *versus* desafios contemporâneos, com vistas a uma sociedade libertadora, às questões relativas à ampliação da participação dos públicos, e como essa noção foi sendo adensada na relação com as teorias, metodologias e práticas da Museologia. Não podem ser ignoradas as relações estabelecidas com o público no contexto pandêmico, as dificuldades de comunicação ocasionadas pelo fechamento das instituições e a transição do contato para o ambiente virtual, mas também é necessário trazer à luz as possibilidades geradas pelo contexto para a formação de subjetividades inclusivas ancoradas nas dimensões de acessibilidade e sensibilidade, através de ações que tiveram por finalidade apreender os sentidos e significados experienciados pelos sujeitos no contexto da pandemia da COVID-19, e a importância de desenvolver uma cultura institucional de caráter colaborativo como metodologia para superar os contextos críticos.

Portanto, nesta publicação se busca estimular reflexões sobre os mais variados aspectos que constituem o processo de construção de museus inclusivos, reconhecendo a sua complexidade, de forma que seja possível confrontar o ideal e real dos contextos institucionais, para além de ações de acessibilidade. Ensejamos que haja o reconhecimento de que a inclusão só se efetiva por meio do acolhimento e valorização de todas as linguagens, trajetórias e formas de expressão cultural, resultantes das diversas maneiras com que os sujeitos constroem as relações com o seu ambiente, uns com os outros e das suas formas de “ler o mundo”, como também pela criação de espaços nos museus que promovam o encontro e o diálogo entre essas vivências diferenciadas, abrigando a multiplicidade de repertórios e de campos possíveis, garantindo assim a liberdade de expressão, o acesso pleno a informação sem barreiras, respeitando a autonomia de sujeitos e grupos sociais, suas histórias e sua capacidade de autodeterminação.

Referências

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index para a inclusão: desenvolvendo aprendizagem e a participação nas escolas*. Trad. Mônica Pereira dos Santos e João-Batista Esteves. 3. ed. Bristol, UK: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE); LaPEADE, 2012. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>> Acessado em: Out. de 2018.

DHANDA, A. Construindo Um Novo Léxico Dos Direitos Humanos: Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. São Paulo: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos. 2008, Ano 5, n. 8.

SAMPAIO, A.S. & MENDONÇA, E. C. Democracia Cultural, Museu e Patrimônio: Relações para a Garantia dos Direitos Culturais. Coimbra (PT): *E- Cadernos CES*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2018, n.30. p.14-38.

SANTOS, Mônica P. Inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos et al. (Orgs). *Inclusão em Educação: diferentes interfaces*. Curitiba: Editora CRV. 2009, p.9-22.

SANTOS FILHO, G.M. Construindo um itinerário histórico do Desenho Universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: Prado, A.R.A;

WALBE, M.E.L.S. (Orgs), *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*, São Paulo: Annablume, 2018. p. 35-44.

SASSAKI, R.K. *As Sete Dimensões da Acessibilidade*. São Paulo: Larvatus Prodeo. 1 ed. 2019.